

EXAME NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO
12.º Ano de Escolaridade (Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto)
Cursos Gerais – Agrupamentos 3 e 4

Duração da prova: 120 minutos
2003

2.ª FASE

PROVA ESCRITA DE FILOSOFIA

Leia atentamente as instruções:

- Esta prova é constituída por 2 (dois) grupos de questões:
 - **GRUPO I** – 3 (três) questões;
 - **GRUPO II** – 1 (uma) questão.
- A indicação do número de linhas/palavras tem um carácter meramente orientador do grau de desenvolvimento da resposta.
- A inadequação das suas respostas às questões formuladas implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

V.S.F.F.

114/1

GRUPO I

- Selecione **apenas um** dos textos transcritos e responda às três questões que lhe são colocadas acerca desse texto e da obra a que pertence.
- Na resposta às questões 1 e 2 deverá utilizar, em cada uma, aproximadamente 10 linhas (cerca de 80 palavras).
- Na resposta à questão 3 deverá utilizar, aproximadamente, 40 linhas (cerca de 320 palavras).
- A mera transcrição de frases do texto implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A não manifestação do conhecimento da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.

TEXTO

AGOSTINHO – Proclamam acaso os professores que se aprenda e fixe o que eles pensam, e não as doutrinas mesmas, que eles julgam comunicar falando? Pois quem será tão estultamente curioso que mande o seu filho à escola, para que ele aprenda o que o professor pensa? Ora depois de terem [os professores] explicado por palavras todas essas doutrinas, que declaram ensinar, incluindo a da virtude e a da sapiência, então aqueles que são chamados discípulos consideram consigo mesmos se se disseram coisas verdadeiras, e fazem-no contemplando, na medida das próprias forças, aquela Verdade interior de que falámos. É então que aprendem. Tendo averiguado interiormente que foram ditas coisas verdadeiras, pronunciam louvores, ignorando que não louvam propriamente homens que ensinam, mas sim ensinados; se é que também esses professores conhecem o que dizem.

Os homens enganam-se, chamando mestres àqueles que o não são, porque, geralmente, entre o tempo da locução e o do conhecimento, não se interpõe nenhum intervalo; e dado que tais homens aprendem interiormente logo depois da insinuação de quem fala, julgam ter aprendido do exterior, por meio daquele que insinuou.

Sobre toda a utilidade das palavras, que, se bem se considerar, não é pequena, indagaremos noutra altura, se Deus permitir. Por agora, adverti-te de que não lhes devemos atribuir mais importância do que é justo, de maneira a não acreditarmos apenas, mas começarmos também a entender com quanta verdade foi escrito, e com autoridade divina: «não chamemos mestre a ninguém na terra, pois que o único Mestre de todos nós está nos Céus» (*Mateus 23, 8-10*). O que quer dizer «nos Céus» Ele próprio o ensinará, Ele que também pelos homens, por meio de sinais e de fora, nos incita a que nos voltemos para Ele no nosso interior, para sermos ensinados.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga,
Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 121-122

QUESTÕES

1. Explique, partindo do texto, em que consiste «aprender».
2. Justifique, com base no texto, a afirmação: «o único Mestre de todos nós está nos Céus».
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

TEXTO

Encontraste, minha alma, o que buscavas? Buscavas Deus e encontraste que ele é uma certa realidade suprema entre todas as outras, melhor do que a qual nada se pode pensar; e que essa realidade é a mesma vida, luz, sabedoria, bondade, eterna bem-aventurança e bem-aventurada eternidade; e que está em toda a parte e sempre. Porque, se não encontraste o teu Deus, como é que ele é isso que tu encontraste e inteccionaste, com tão certa verdade e tão verdadeira certeza? Se, porém, o encontraste, porque não tens presente aos teus sentidos o que encontraste? Porque não te sente presente a minha alma, Senhor meu Deus, se te encontrou? Porventura não encontrou aquele que ela descobriu ser a luz e a verdade? Ou pôde de algum modo entender alguma coisa de ti, a não ser pela tua luz e pela tua verdade? Se, portanto, viu a luz e a verdade, viu-te a ti; se não te viu, não viu a luz nem a verdade. Acaso o que viu é a verdade e a luz, e apesar disso ainda não te viu, porque te viu apenas de algum modo, mas não te viu tal como és?

Senhor meu Deus, que me formaste e reformaste, diz à minha alma anelante que coisa és mais, para além do que ela viu, para ela ver claramente o que deseja. Ela fixa-se para ver mais e nada vê para além do que viu, a não ser trevas; ou antes, não vê trevas, que nenhuma há em ti, mas vê que não pode ver mais, por causa das suas próprias trevas.

Porque sucede isto, Senhor? Porque sucede? Entenebrece-se a vista da alma por enfermidade sua, ou é ofuscada pelo teu fulgor? Por certo, ela entenebrece-se em si e é ofuscada por ti. Sim, é obscurecida pela sua pequenez e afogada pela tua imensidade.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga,
Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 151-152

QUESTÕES

1. Esclareça, com base no texto, o modo como o autor alcança o conhecimento da natureza divina.
2. Explique, recorrendo ao texto, a seguinte afirmação: a minha alma «vê que não pode ver mais».
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

TEXTO

Uma vez esclarecido o que se significa pelo termo de essência nas substâncias corporais, deve considerar-se qual a sua condição relativamente à pluridição [que é própria] do género, espécie e discrimine [diferença específica]. Ora aquilo que é objecto de pluridição, como género, ou espécie ou discrimine, é inditado [isto é, atribuído como predicado] de uma realidade singular e determinada. Torna-se por isso impossível que o constitutivo universal do género ou da espécie corresponda à essência enquanto esta é significada como parte, por exemplo, pelo termo de hominidade ou animalidade. E assim diz Avicena que a racionalidade não é discrimine, mas princípio de discrimine; e, pela mesma razão, a hominidade não é espécie, nem a animalidade género.

De maneira semelhante, não se pode dizer que o constitutivo do género ou da espécie convenha à essência enquanto é uma realidade existente fora das coisas singulares, como afirmavam os platónicos, pois dessa maneira o género e a espécie não poderiam ser inditados do unissingular [isto é, de um ser individual]. De facto, não se pode dizer que Sócrates seja uma coisa que está separada dele; por sua vez, essa coisa separada de nada aproveitaria ao conhecimento deste unissingular. Resta pois que o constitutivo do género ou da espécie convenha à essência, enquanto [esta] é significada à maneira de todo, como [o é] pelo termo de homem ou animal, enquanto implícita e indistintamente contém tudo o que está no unissingular.

A natureza ou essência assim compreendida pode ser considerada de dois modos: do primeiro modo, [considera-se] segundo a sua noção própria, que é a consideração absoluta da mesma. [Considerada] deste modo, nada é verdadeiro sobre ela senão o que lhe corresponde enquanto tal; e assim, qualquer outra coisa que se lhe atribui é falsa atribuição. Por exemplo, ao homem, por isso que é homem, quadra-lhe [ser] racional, animal e outros predicados que entram na sua definição; mas ser branco ou negro, ou qualquer coisa semelhante que não é da noção de hominidade, não quadra ao homem por isso que é homem. (...)

Do segundo modo, [essa natureza ou essência] considera-se segundo a existência que tem neste ou naquele unissingular. Neste caso, pode inditar-se acidentalmente dela alguma coisa, em razão do substantivo [isto é, a realidade a que adere] em que se encontra. É assim que se diz que o homem é branco, porque Sócrates é branco, embora isso não pertença ao homem por ser homem.

In *Opúsculos Selectos da Filosofia Medieval*, Braga,
Faculdade de Filosofia, 1991, pp. 216-218

QUESTÕES

1. Esclareça, com base no texto, em que sentido a noção de género ou a de espécie convêm à essência.
2. Explique, partindo do texto, a diferença entre os dois modos de considerar a essência significada como um todo.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

114/5

TEXTO

5. A quarta luz, que ilumina acerca da verdade sobrenatural, é a luz da Sagrada Escritura, a qual por isso se chama superior, porque conduz a objectivos superiores, manifestando o que está para além da razão, e também porque descende «do Pai das luzes», não por investigação humana, mas por investigação divina. Esta luz, ainda que uma segundo a inteligência literal, é, não obstante, tríplice segundo o sentido místico e espiritual. Porquanto, em todos os livros da Sagrada Escritura, além do sentido literal, que as palavras exprimem externamente, é possível conceber-se um tríplice sentido espiritual, a saber, o *alegórico*, pelo qual se nos ensina o que se deve crer a respeito da Divindade e Humanidade de Cristo; o *moral*, pelo qual se nos ensina como se deve viver; o *anagógico*, pelo qual se nos ensina como se deve aderir a Deus. Daqui se infere que toda a Sagrada Escritura ensina estas três coisas: a geração eterna e a encarnação de Cristo, a norma de viver e a união de Deus e da alma. A primeira diz respeito à fé, a segunda aos costumes, a terceira ao fim de ambas. Sobre a primeira deve concentrar-se o estudo dos doutores, sobre a segunda o estudo dos pregadores, sobre a terceira o estudo dos contemplativos.

Coimbra, Atlântida, 1970, pp. 27-28

QUESTÕES

1. Esclareça, com base no texto, em que medida a quarta luz é uma luz superior.
2. Explícite, partindo do texto, o tríplice sentido espiritual da Sagrada Escritura.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

TEXTO

39 – *Que a liberdade da nossa vontade se conhece sem prova, apenas pela experiência que dela temos*

Torna-se, aliás, tão evidente que possuímos uma vontade livre, a qual, quando bem lhe parece, pode, ou não, dar o seu consentimento, que isso pode ser considerado como noção comum entre as mais comuns noções. Temos disso prova bem clara: porque, ao mesmo tempo que duvidamos de tudo, sendo-nos possível até supor que o criador empregasse o seu poder a enganar-nos, apercebemos em nós tão grande liberdade, que nos podíamos impedir de crer naquilo que ainda não conhecíamos perfeitamente bem. Ora o que observamos distintamente, e de que não podemos duvidar, durante tão geral suspensão, é tão certo como qualquer outra coisa que alguma vez pudéssemos conhecer.

40 – *Que sabemos também muito certamente que Deus ordenou previamente todas as coisas*

Todavia, pelo que nos foi dado até agora conhecer acerca de Deus, é-nos lícito asseverar que o seu poder é tamanho que, só em pensar que seríamos alguma vez capazes de realizar algo que ele não houvesse ordenado anteriormente, cometeríamos crime grave. E é natural que nos embaraçássemos em extremas dificuldades, se empreendéssemos pôr de acordo a liberdade da nossa vontade com as suas ordens, e se procurássemos compreender, o mesmo é dizer abarcar e como que limitar, com o nosso entendimento, toda a extensão do nosso livre-arbítrio e a ordem da Providência eterna.

41 – *Como se pode pôr de acordo a nossa liberdade com a pré-ordenação divina*

Já não teremos dificuldade em desembaraçarmo-nos, se fixarmos que o pensamento é finito e que o poder absoluto de Deus é infinito, o que nos permite dele afirmar que, não só conheceu de toda a eternidade o que é ou pode ser, mas que é o seu juiz. Por isso também temos inteligência suficiente para conhecer clara e distintamente que tal poder está em Deus, mas não a temos suficiente para compreender a sua extensão de tal modo que possamos saber como permite que as acções dos homens sejam inteiramente livres e indeterminadas. E que, por outro lado, estamos de tal modo seguros da liberdade e da indiferença que em nós existe, que nada há que conheçamos mais claramente: de forma que o poder absoluto de Deus não deve impedir-nos de crer nela. Porque faríamos mal ao duvidar daquilo que observamos interiormente e que sabemos por experiência estar em nós, por não compreendermos uma outra coisa que sabemos ser de sua natureza incompreensível.

Lisboa, Guimarães Editores, 1989, pp. 83-84

QUESTÕES

1. Esclareça, partindo do texto, o modo como o autor fundamenta a liberdade da vontade.
2. Explique a posição do autor relativamente ao problema central do texto.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

V.S.F.F.

TEXTO

(...) suponhamos que há em Constantinopla duas igrejas, a dos Remonstrantes e a dos Anti-remonstrantes. Dir-se-á que uma das duas possui o direito de punir os membros da igreja dissidente – porque têm diferentes dogmas e ritos –, de os despojar da sua liberdade e bens (o que vemos fazer noutros locais), ou de os castigar com o exílio ou com a pena capital? Entretanto, o turco mantém-se calado e trocista, enquanto os cristãos perseguem e torturam cruelmente os cristãos. Se uma destas igrejas tem verdadeiramente o poder de perseguir a outra, pergunto então: qual das duas, e com que direito? Sem dúvida alguma, responder-nos-ão: a ortodoxa, em relação à que se engana ou à herética. Eis o uso de grandes e especiosas palavras que nada dizem. Qualquer igreja é ortodoxa para si própria, errada ou herética para as outras; cada qual julga que aquilo em que acredita é verdadeiro e condena como um erro o que dela difere. É por isso que, quando se trata da verdade dos dogmas ou da norma do culto, a disputa é igual de parte a parte e nenhuma sentença pode ser emitida por algum juiz, nem em Constantinopla, nem em toda a terra. A decisão sobre tal questão pertence unicamente ao juiz supremo de todos os homens, e só a ele compete castigar os que erram. Pensem, entretanto, na gravidade do seu pecado os que acrescentam a injustiça, se não ao erro, pelo menos ao orgulho, ao perseguirem temerariamente e com insolência os servos de um outro senhor, que não dependem deles.

Se ao menos fosse possível estabelecer qual das igrejas em desacordo tem uma opinião correcta sobre a religião, nem por isso aumentaria o poder da igreja ortodoxa de espoliar as outras; não há jurisdição eclesiástica para os assuntos terrestres, e o ferro e o fogo não são instrumentos adequados para combater os erros e instruir ou converter os espíritos dos homens. Admiti, contudo, que o magistrado civil favorece uma das igrejas e lhe quer oferecer a sua espada, a fim de poder, com a sua anuência, castigar os heterodoxos da maneira que quiser. Mas quem afirmará que o direito de uma igreja cristã sobre os seus irmãos lhe poderá advir de um imperador turco? Um infiel, que não pode castigar cristãos pelos dogmas da sua fé, não pode transferir para uma sociedade cristã esta autoridade; não pode conceder um direito que não tem. A situação é idêntica num reino cristão. O poder civil é o mesmo em toda a parte e não pode conferir uma autoridade eclesiástica maior a um príncipe cristão do que a pode conferir a um príncipe pagão, isto é, não pode conferir nenhuma.

Lisboa, Edições 70, 1976, pp. 98-99

QUESTÕES

1. Explique, com base no texto, porque deve existir tolerância mútua entre igrejas.
2. Explícite, partindo do texto, a razão pela qual o magistrado não pode ser juiz nas disputas entre igrejas.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

TEXTO

6 – Deus nada faz fora de ordem, e nem sequer é possível simular acontecimentos que não sejam regulares.

As vontades ou acções de Deus dividem-se habitualmente em ordinárias e extraordinárias. Mas é bom considerar que Deus nada faz fora de ordem. Assim, o que se considera extraordinário é-o apenas em relação a alguma ordem particular estabelecida entre as criaturas. Pois, quanto à ordem universal, tudo está em conformidade com ela. O que é de tal forma verdadeiro que não só nada acontece no mundo que seja absolutamente irregular, mas nada de semelhante se poderia sequer fingir. Suponhamos, por exemplo, que alguém marca, ao acaso, uma quantidade de pontos sobre o papel, como fazem os que exercem a ridícula arte da geomancia; digo que é possível encontrar uma linha geométrica cuja noção seja constante e uniforme segundo uma certa regra, de tal modo que esta linha passe por todos os pontos e na mesma ordem em que a mão os marcara. E se alguém traçasse uma linha contínua que fosse ora recta, ora círculo, e ainda de uma outra natureza, é possível encontrar uma noção, regra ou equação comum a todos os pontos dessa linha, em virtude da qual estas mudanças devem acontecer. E não há, por exemplo, rosto algum cujo contorno não faça parte de uma linha geométrica e não possa ser delineado de uma só vez, mediante um certo movimento controlado. Mas, quando uma regra é muito complexa, o que lhe é conforme considera-se muito irregular. Assim, pode dizer-se que, de qualquer maneira que Deus tivesse criado o mundo, seria sempre regular e dentro de certa ordem geral. Mas Deus escolheu o que é mais perfeito, quer dizer, o que é mais simples em hipóteses e, ao mesmo tempo, mais rico em fenómenos, como o poderia ser uma linha geométrica cuja construção fosse fácil e cujas propriedades e efeitos fossem muito admiráveis e de grande extensão. Sirvo-me destas comparações para esboçar alguma imperfeita semelhança da sabedoria divina e dizer algo que possa, ao menos, elevar o nosso espírito a conceber de algum modo o que não se saberia exprimir suficientemente. Mas não pretendo, de forma alguma, explicar com isso o grande mistério de que depende todo o universo.

Lisboa, Edições 70, 1995, pp. 20-21

QUESTÕES

1. Justifique a seguinte afirmação do texto: «Deus nada faz fora de ordem».
2. Explique o que significa afirmar que «Deus escolheu o que é mais perfeito».
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

TEXTO

Uma acção praticada por dever tem o seu valor moral, não no *propósito* que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende, portanto, da realidade do objecto da acção, mas somente do *princípio do querer* segundo o qual a acção, abstraindo de todos os objectos da faculdade de desejar, foi praticada. Que os propósitos que possamos ter ao praticar certas acções e os seus efeitos, como fins e móveis da vontade, não podem dar às acções nenhum valor incondicionado, nenhum valor moral, resulta claramente do que fica atrás. Em que é que reside pois este valor, se ele se não encontra na vontade considerada em relação com o efeito esperado dessas acções? Não pode residir em mais parte alguma senão no *princípio da vontade*, abstraindo dos fins que possam ser realizados por uma tal acção; pois que a vontade está colocada entre o seu princípio *a priori*, que é formal, e o seu móbil *a posteriori*, que é material, por assim dizer numa encruzilhada; e, uma vez que ela tem de ser determinada por qualquer coisa, terá de ser determinada pelo princípio formal do querer em geral quando a acção seja praticada por dever, pois lhe foi tirado todo o princípio material.

Lisboa, Edições 70, 1995, p. 30

QUESTÕES

1. Explique, partindo do texto, a distinção entre matéria e forma da acção.
2. Esclareça, tendo em conta o texto, em que consiste o valor moral da acção praticada por dever.
3. Esclareça a importância deste extracto no contexto da respectiva obra.

GRUPO II

- Seleccione **apenas uma** das obras que lhe são propostas e desenvolva o tema anexo.
- Apresente um plano organizador.
- A não identificação do tema e da obra implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- A opção por um par obra-tema diferente dos que são apresentados na prova implicará uma pontuação de 0 (zero) pontos.
- Na sua resposta deverá utilizar aproximadamente 80 linhas (cerca de 640 palavras).

| OBRAS | TEMAS |
|---|--|
| DA NATUREZA, Parménides..... | Verdade e opinião |
| GÓRGIAS, Platão..... | Filósofos, oradores e política |
| FÉDON, Platão..... | A concepção platónica de alma |
| CATEGORIAS, Aristóteles..... | Estatuto ontológico do indivíduo |
| INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA FILOSOFIA, G. W. F. Hegel..... | Filosofia e filosofias |
| TENDÊNCIAS GERAIS DA FILOSOFIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX, Antero de Quental..... | Filosofia e ciência |
| A ORIGEM DA TRAGÉDIA, F. Nietzsche..... | A natureza do socratismo |
| DA CERTEZA, L. Wittgenstein..... | Dúvida e certeza |
| ELOGIO DA FILOSOFIA, M. Merleau-Ponty..... | Filosofia e acção |
| OS PROBLEMAS DA FILOSOFIA, B. Russell..... | Princípios <i>a priori</i> e experiência |
| PROBLEMÁTICA DA SAUDADE & ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONSCIÊNCIA SAUDOSA Joaquim de Carvalho..... | Saudade e finitude |
| SOBRE A ESSÊNCIA DA VERDADE, M. Heidegger..... | Verdade e errância |
| TEORIA DA INTERPRETAÇÃO, P. Ricoeur..... | Linguagem e realidade |

FIM

V.S.F.F.

114/11

COTAÇÕES

GRUPO I

1. e 2. (2 × 25 pontos)..... 50 pontos

3. (1 × 70 pontos)..... 70 pontos

GRUPO II

..... (1 × 80 pontos)..... 80 pontos

TOTAL 200 pontos